

A vida fora do espaço de trabalho: os operários e a cidade de Manaus nos anos iniciais do século XX

Luciano Everton Costa Teles¹

RESUMO

O presente artigo tem por finalidade discutir as questões que perpassam a vida operária fora do ambiente de trabalho. Por meio dos jornais operários, diários e documentos oficiais (Relatórios dos médicos sanitaristas, mensagens dos governadores ao parlamento e outros) foi possível vislumbrar elementos fundamentais do universo operário como vestuário, transporte, lazer, remuneração, gastos com alimentação, moradia e saúde. Foi possível observar também, a partir das questões mencionadas, a relação destes operários com o espaço urbano manauara.

Palavras-chave: Operário, Cotidiano, Cidade.

ABSTRACT

This article aims to discuss the issues that permeate the working life outside of work. Through the workers' newspapers, diaries and official documents (reports of medical health officers, governors' messages to parliament and others) were able to pinpoint the key elements of the universe worker as clothing, transportation, recreation, compensation, expenses for food, housing and health. It was also possible to observe from the issues mentioned, the ratio of workers to the urban area of Manaus.

Keywords: Labour, Everyday Life, City.

INTRODUÇÃO

Os operários em Manaus desenvolveram suas atividades profissionais e garantiram sua sobrevivência no mercado de trabalho manauara. Assentado na constituição dos serviços urbanos (transporte, energia elétrica, porto, etc.), no comércio (casas aviadoras, mercearias,

¹ Mestre em História Social pela Universidade Federal do Amazonas, UFAM, e professor assistente da Universidade do Estado do Amazonas CEST/Tefé.

etc.), nas oficinas (charutos, chapéus, etc.) e na construção civil², este mercado de trabalho acabou por absorvê-los. É a partir das relações de trabalho estabelecidas e do retorno material daí advindos que os operários vão conduzir sua vivência.

Buscou-se as informações sobre a vivência dos operários no conjunto da imprensa Operária, com destaque para o jornal Vida Operária, Diária e documentos oficiais (Relatórios dos médicos sanitaristas e mensagens do governo ao parlamento). Neste “corpus” documental foi possível discutir questões ligadas ao vestuário, transporte, lazer, remuneração, gastos com alimentação, moradia e saúde. Por meio destas questões também foi possível observar a relação destes operários com o espaço urbano manauara.

É salutar destacar a opção pela utilização dos termos “Operário” e “Imprensa Operária”. No Amazonas, estes termos que geralmente remete ao trabalhador fabril são utilizados em sentido mais amplo, abarcando o conjunto dos trabalhadores urbanos. Por força disso, “um termo mais de acordo com as especificidades regionais para designar os periódicos (...) seria o de imprensa de trabalhadores” (PINHEIRO, 2004, p. 14). Entretanto, a opção pela utilização dos termos operário e imprensa operária se deve pela freqüente utilização deles nos jornais operários.

A VIDA OPERÁRIA: CONDIÇÕES MATERIAIS DE EXISTÊNCIA

Destaca-se, num primeiro momento, à remuneração. Esta questão foi retratada no jornal Vida Operária em um artigo intitulado “*Palavras Simples*” escrito por Manoel Sérvulo, membro do sindicato dos Cigarreiros:

Não há cousa mais triste, do que a vida do pobre trabalhador numa quadra como esta (...). A desgraça bate-lhe a porta e vae enconral-o vacilante e acabrunhado, pensando como há de sustentar a prole, com tão mesquinho salario que percebe (e as vezes não recebe); que não chega a attender as primeiras necessidades do lar. Então pensativo, e dentro do circulo de ferro em que se acha exclama: que miséria! Não tenho dinheiro nem crédito!...

É uma verdade. Porque se recorre ao taverneiro que é seu amigo (...) pede-lhe logo crédito, este logo lhe diz: não posso! Outros dizem sim, mas... exploram tão estupidamente o pobre trabalhador, que não sabe o meio de julgal-o. E ai daquele que diz; não posso pagar esta semana; tenha um pouco de paciência. Fica termitantemente cortado, e entregue à sua própria desventura... Não sabem elles que o pobre é honrado, e se não lhe pode pagar foi por não ter recebido, ou teve que attender á doença em casa, e o que ganhou, não deu para o médico e pharmácia. Mas que há de fazer? (*Vida Operária*, nº 6. Manaus, 14 de março de 1920)

² Percebe-se que as atividades econômicas de Manaus nas décadas iniciais do século XX estão ligadas à circulação e ao consumo.

Neste trecho extraído do artigo, duas questões referentes aos salários se destacam. A primeira envolve indícios que apontam para a baixa remuneração, como na frase: “*se não lhe poudes pagar (...) teve que attender à doença em casa*”. Ou seja, se ocorresse qualquer imprevisto no cotidiano do operário que atingisse seu parco orçamento, a situação se tornava crítica, uma vez que compromissos outros assumidos (principalmente de dívidas com alimentação) não seriam cumpridos. O segundo se refere ao atraso nos pagamentos. Esta questão, no decorrer da década de vinte se tornou freqüente e o jornal aponta para categorias, como os gráficos da imprensa oficial, professores e demais funcionários públicos que constantemente vivenciavam atrasos nos seus vencimentos.

Sobretudo por conta dessa situação, reservava-se espaço nas colunas do jornal *Vida Operária* para tratar da carestia de vida e o modo como ela afetava a vida do trabalhador.

É tenebrosso, principalmente para os operários, fallar em Carestia de vida, porque para dizer o que ela é vae ferir muita gente boa.

A alta dos preços na velha Europa é um facto, porém aqui no Brazil, é uma fonte de riqueza dos senhores commerciantes que famintos do ouro, e sedentos de ver os seus capitaes augmentarem de dia para dia, lançam mão de todas as especulações.

É verdade que em todas as praças houve alterações, devido a exportação, que até então era nenhuma, mas, o que não chegou a tanto, como os senhores apregoam.

Admitto mesmo que tudo custe o olho da cara, porém não admitto é a exploração que esses mesmos senhores são useiros e vaseiros.

Não admitto que esses senhores sedentos de ouro, amparados pela mentira convencionada, sustentados pela necessidade do povo, explore esse mesmo povo, sem dó nem piedade! (...)

O anno atrasado elles se aproveitaram da miséria do povo, vendendo a caixa do Kerozene a 80\$000, quando as suas duas casas representantes desse líquido, vendiam a 27\$500.

No mesmo anno na quadra calamitosa da grippe, certo taverneiro da E. Epaminondas vendeu a lata de leite a 5\$000!

Durante uma semana o assucar oscilou de 800 a 3\$000.

Alguns commerciantes obtiam o leite a 300 reis, e venderam a 3\$000. para esses senhores, ainda não terminou a guerra, as mercadorias, cada dia sobe de cotação, nunca se fartam, sempre famintos!

A maior parte dos retalhistas, possuem dois ternos de pesos e medidas!

Entra anno, sahe anno, e cada vez tudo mais caro.

O povo além de comprar caro é ludibriado no peso e na medida. (...)

O freguez, não tem dinheiro sufficiente para satisfazer todas as necessidades de sua casa, vae comprando de tudo um pouquinho, nesta mercadoria perde meio tostão, naquella outra, e no fim de suas compras perdeu 200 ou 300 reis.

E quem ganhou? O negociante (*Vida Operária*, nº 3. Manaus, 24 de fevereiro de 1920).

A carestia de vida existente em Manaus se explica a partir de três elementos. O primeiro corresponde à ênfase dada ao extrativismo da borracha, o que contribuiu para tornar fracas as iniciativas, tanto privadas quanto governamentais, de fomentar a produção agrícola. Os gêneros de primeira necessidade, com exceção do pescado, vinham de outras regiões o que

os encarecia significativamente (PINHEIRO, 1999, p. 70). Daí a reclamação feita: “*não é admissível pelo simples fato de passar um navio por Pernambuco, e não trazer assucar, para os commerciantes levantarem o preço dessa mercadoria escandalosamente*”.

O segundo está ligado às conseqüências da Primeira Guerra Mundial associada à conjuntura de crise econômica. Como nos informa a literatura sobre o desenvolvimento da industrialização na região Centro-Sul, a Primeira Guerra Mundial possibilitou, a uma parcela de cafeicultores, diversificar seus investimentos, os quais foram destinados a produção de produtos cujo fornecimento havia sido interrompido pela Guerra, impulsionando um incipiente processo de industrialização. Já na Amazônia, os efeitos da Guerra foram desastrosos, concorrendo para intensificar a crise na cidade de Manaus. A posição do jornal é esclarecedora, “*para esses senhores, ainda não terminou a guerra, as mercadorias, a cada dia sobem de cotação, nunca se fartam, sempre famintos!*”.

O terceiro e último elemento, presente nos jornais operários e também registrado em outros documentos (discurso dos grandes jornais de circulação, relatórios das autoridades públicas entre outros), é a centralização da venda de gêneros alimentícios no mercado público. Nas palavras de Pinheiro:

Com o arrendamento do mercado público em 1905 a Alfredo de Azevedo Alves e, no ano seguinte o seu repasse a The Manáos Markets Slaughterhouse Limited, provocou um aumento abusivo dos gêneros, em função das constantes elevações das taxas que recaiam sobre a utilização de seus boxes e sobre os gêneros ali comercializados. Essa política de centralização, amparada por um contrato que dava plenos poderes à firma inglesa, gerou proibições e dificuldades às vendas dos ambulantes, obrigando dessa forma, a população manauara a abastecer-se exclusivamente ali (PINHEIRO, 1999. p. 71).

Embora houvesse essa política de centralização no mercado público, nos jornais operários identifica-se uma atuação importante das “*tavernas*”, onde os alimentos de primeira necessidade eram adquiridos pelos operários. Entretanto, este fato não diminuiu as críticas veiculadas naqueles jornais, críticas estas que tinham como alvo os comerciantes (não escapando nem mesmo o pequeno comerciante português), acusados de “*exploradores*”, “*famintos de ouro*” e “*burgueses pançudos*”.

Embora não existam informações precisas sobre a remuneração de modo a traçar um quadro claro e seguro sobre o valor dos salários dos operários e seus gastos com alimentação, moradia, saúde, vestuário, transporte e lazer, por meio das informações acima extraídas do jornal Vida Operária se observa à existência de um descompasso significativo entre salários e custo de vida.

Com efeito, esta questão encontra-se presente em outros jornais da época, sobretudo no conjunto dos jornais operários e remonta inclusive para momentos anteriores a 1920, o que aponta para uma constante defasagem entre salário e custo de vida.

Num primeiro momento a questão dos altos preços dos gêneros de primeira necessidade apareceu em um artigo intitulado “*A Situação*”, publicado no jornal Gutemberg:

A nossa situação é a mais desesperada possível (...) o governo que diz representar a opinião pública pela qual diz estar apoiado, faz-se cego e surdo aos gritos aflitivos do povo que se debate com a mais ameaçadora das mizerias a fome.

Não há gênero algum, mesmo os que são produção do paíz, que não tenha triplicado de valor: a carne, o peixe, a farinha, o arroz, o assucar, o café, tudo enfim é vendido por um preço tal que em breve será impossível a população menos abastada suprir-se dos alimentos indispensáveis à vida (GUTENBERG, Manaus, 1º de maio de 1892.).

É possível perceber a preocupação dos responsáveis pela publicação e circulação do jornal (os gráficos) com relação ao aumento significativo do preço dos gêneros de primeira necessidade e a possível dificuldade de acesso à eles dos que possuem poucos recursos (o operariado em geral). Esta preocupação já evidenciava a existência de um nível salarial baixo que, quando modificado, dificilmente acompanhava o custo de vida.

Cabe também frisar que não era somente nos jornais operários que havia esses indícios da relação desigual entre salário e custo de vida. Na chamada “*grande imprensa*” esta questão se fez presente. Em artigo denominado “*A Miséria no Amazonas*”, publicado na “*seção de cartas*” do jornal Correio do Norte nota-se isso:

A impressão que se tem ao chegar em Manaus é deplorável. (...)

O certo é que o funcionalismo público, pelo menos na sua maior parte está sem receber os seus vencimentos há oito ou nove meses... Os gêneros de primeira necessidade custam os olhos da cara. O mercado onde a população se abastece ou fingi abastecer-se cobra dos comerciantes pesados impostos à entrada das mercadorias, peixes, legumes e outros, sejam ou não vendidos.

O aluguel de casas é elevadíssimo. Por uma casa que mal dá para uma família pequena, paga-se de 30\$000 a 50\$000.

Essa carestia podia ser contrabalançada pelos ordenados. Mas o caso é que não é. O trabalhador ganha, em média 6\$000 diários, não chegando absolutamente para suas mais urgentes necessidades... Os operários são obrigados a residir, fora da cidade, em barracas, que é como lá se denominam as palhoças de cá...

É um horror (...) morre-se de fome em Manaus, é esta a verdade (*Correio do Norte*. Manaus, 03 de fevereiro de 1906).

Outro agravante para os operários, como se pode notar a partir da citação acima, era o significativo preço das moradias. Neste ínterim, o advento da urbanização contribuiu enormemente para esta situação. As reformas urbanas empreendidas a partir da última década do século XIX produziram dois processos simultâneos: a valorização das áreas localizadas no perímetro urbano da cidade e a formação de um mercado imobiliário.

Concernente ao primeiro processo, o alinhamento e alargamento das ruas, a padronização das fachadas dos estabelecimentos comerciais e residenciais, a arborização e, sobretudo, a implantação de energia elétrica, sistema de abastecimento de água, coleta de lixo e transporte coletivo geraram uma valorização dos espaços que passaram a contar com estes melhoramentos e serviços. Já o segundo processo, que se apresenta como uma das conseqüências do primeiro, está ligado a formação de grupos que passaram a investir nas áreas valorizadas constituindo o nascente mercado imobiliário (COSTA, 2000, p. 95-99).

Os processos acima mencionados foram resultantes do esforço empreendido pelos grupos mercantis e políticos em viabilizar um projeto de cidade que tinha como referência a “Paris de Haussman”. Na tentativa de viabilizá-lo se utilizou uma série de mecanismos ³, com destaque para o Código de Posturas.

O Código de Posturas enquanto legislação estabelecia um conjunto de normatizações sobre o espaço urbano. No tocante a moradia, este instrumento proibia a construção de casas de palha e taipa, casebres e quartos no alinhamento das ruas e praças da cidade. Para os que já existiam, a legislação apontava para a construção de um muro com no mínimo dois metros e meio de altura. (Código de Posturas do Município de Manaus /1890).

Deste modo, os moradores de baixa renda (como o operariado) que habitavam as áreas do perímetro urbano e que não tinham como obedecer as normatizações do Código de Posturas (especialmente a construção do muro) ou foram empurrados para os subúrbios⁴ ou permaneceram no centro da cidade como inquilinos ⁵, uma vez que estas áreas foram apropriadas por grupos que passaram a investir em edificações e cômodos para alugar.

Com efeito, o investimento realizado pelos exploradores do mercado imobiliário, pequenos herdeiros, profissionais liberais e comerciantes portugueses varejistas, não excluindo-se a atuação do grande capital por meio de terceiros (COSTA, 2000, p. 97), se

³ Dentre eles se destacam as campanhas empreendidas pela chamada “Grande Imprensa” em favor da urbanização e modernização, as políticas públicas elaboradas e direcionadas para dar visibilidade à função assumida pela cidade (comercial) e aos grupos dominantes envolvidos neste processo e etc.

⁴ A área suburbana era composta pelos bairros de Cachoeirinha, Mocó, São Raimundo, Educandos, Vila Municipal, Plano Inclinado (Tocos), Flores e adjacências.

⁵ A preferência dos trabalhadores pelas áreas centrais (Espírito Santo, Remédios e São Vicente) se dava em virtude dos serviços urbanos presentes e pela proximidade do mercado de trabalho.

resumia, sobretudo, em edificar o dito muro de dois metros e meio de altura, escondendo atrás dele inúmeros cômodos fétidos e insalubres que os mesmos esforçavam-se em multiplicar com o objetivo de potencializar seus ganhos. Assim, pequenos quartos sem divisões com cozinhas e banheiros coletivos eram construídos por trás das belas fachadas. Como afirma Costa:

Trabalhadores e pobres urbanos ocupavam uma outra cidade, visualmente disfarçada, habitando vila e cortiços de alvenaria, além de hospedarias, porões (...) [que] guardavam em comum o fato de serem exploradas pelo mercado imobiliário e estarem disfarçadas por belas fachadas, assépticas do ponto de vista externo (COSTA, 1997. p. 86.).

Assim, cortiços, quartos de aluguel, casas de cômodos, hospedarias, estâncias, estalagens e porões se materializaram como moradia dos operários. Estes, por meio dos jornais, tornaram públicos os problemas vivenciados nesta esfera. Tais problemas estavam ancorados em dois eixos principais: o alto preço dos aluguéis e as condições precárias da habitação.

Aqueles que não tinham condições de pagar o aluguel nas áreas centrais da cidade, deslocavam-se para os subúrbios, edificando aí sua moradia. Embora o jornal *Vida Operária* não contenha informações sobre a moradia em áreas suburbanas, por meio da fala dos médicos-sanitaristas do início do século XX é possível apontar tal questão. Neste sentido, o quadro desenhado pela fala dos sanitaristas chega a ser desolador. Para Hermenegildo Campos nas áreas periféricas existiam “*muitas barracas cobertas de palha e fechadas ou com tábuas de caixa de querosene, de batatas, ou com folhas de latas cortadas (...) onde residem pobres com numerosa família*” (1988, p. 100).

Além de Hermenegildo Campos, outro médico-sanitarista, Samuel Uchôa, registrou o problema da falta de moradia para as pessoas (nordestinos) que chegavam à capital do Amazonas.

Chegam na estação invernosa, dezenas de doentes desprotegidos, sem um cetil para as primeiras despesas, para o desembarque da bagagem. Casa não procuram: aboletam-se em baiúcas abandonadas nos arrabaldes, nos baixos da Serraria Sá, nos patamares dos armazéns, nos alicerces dos edifícios em construção, e, nessas alfurjas de miséria, curtem dias sombrios de fome e doenças (UCHOA, 1924. p. 75).

A má-alimentação e a moradia precária e insalubre vão tornar o terreno propício para a emergência de doenças epidêmicas e contagiosas. Os relatos dos sanitaristas contêm indícios

deste processo. Neles estão registrados alguns fatores que contribuíam significativamente para a expansão de algumas doenças (como por exemplo, a tuberculose). Assim, de acordo com Alfredo da Matta, entre esses fatores estão os baixos salários, a alimentação deficiente e o trabalho exaustivo e fatigante.

Para o sanitarista era extremamente difícil aplicar as teses profiláticas “em milhares de doentes quando os higienistas não podem atender e providenciar sobre o horário para o trabalho do operariado; regulamentar o salário; fornecer alimentação sadia e há horas regulares; resolver os problemas das habitações insalubres; instruir as classes pobres e tantas outras questões vitais?” (PINHEIRO, 1999, p. 77).

Quanto aos deslocamentos realizados na área urbana pelos operários, as evidências indicam que estes percorriam os espaços – seja da casa para o trabalho ou da casa para as áreas de lazer e vice-versa – na maior parte do tempo a pé, uma vez que a passagem do bonde pesava em seu parco orçamento.

Segundo Thiago de Mello, a passagem do bonde custava 200 réis. Este dinheiro era entregue ao condutor que devolvia ao passageiro um cupom numerado com um pensamento no verso, e conclui que “muita gente andava mesmo era a pé, porque não tinha o dinheirinho para tomar o rangedor” (1984, p. 102).

Embora o bonde não fosse o único meio de transporte existente, pois havia as carroças puxadas por tração animal, às catraias e os coches ou carros de aluguel, que também eram utilizados, ele se destacou no cenário urbano, e isto os documentos da época evidenciam, por ser um dos elementos que atestavam à presença da modernidade.

Cabe registrar que a idéia que se tem de Manaus recepcionando de imediato um sistema de transporte de bondes elétricos é equivocada⁶. Segundo Magalhães

A primeira modalidade de veículos empregados para o transporte coletivo de passageiros, consistiu em locomotivas de tração a vapor, que implantadas pelo

⁶ Assim como é equivocada à imagem construída por alguns intelectuais da região sobre Manaus do período da borracha como sendo próspera, harmônica e sem conflitos e contradições, conforme a passagem a seguir demonstra: “Manaus, Cidade rica, progressista e alegre, de ruas retas e largas, calçadas com granito e pedra de liós importados de Portugal, sombreada por frondosas mangueiras, e de praças e jardins bem cuidados, com belas fontes e monumentos, tinha todos os requisitos de uma grande urbe moderna: água encanada e telefones, energia elétrica, a partir de 1896, rede de esgotos, em construção, bondes elétricos a partir de 1895, espantando até os visitantes europeus do raiar do século, com suas alucinantes velocidades de 40 e 50 quilômetros por hora, nas linhas de aço espalhadas por toda a malha urbana e penetrando na floresta, até aos arrebaldes mais distantes. O seu porto flutuante, obra-prima da engenharia inglesa, construído a partir de 1900, recebia navios de todos os calados e das mais diversas bandeiras. O movimentado centro comercial regurgitando de gentes de todas as raças (...). Lojas bem construídas...” (LOUREIRO, 1985, p. 33-34).

engenheiro Frank Hirst Heblethwait, foram inauguradas de forma provisória em 24 de fevereiro de 1896 na administração de Eduardo Ribeiro (MAGALHÃES, 2003. p. 31.).

Com efeito, a partir de 1898 a empresa Manaós Railway Company e, após, por volta de 1908 a Manaós Tramways, não só implantaram e ampliaram, com incentivos promovidos pelo Estado, os serviços de transporte por bondes movidos a eletricidade como também, sobretudo a Tramways, administraram e exploraram o serviço por algumas décadas (MAGALHÃES, 2003, p. 31).

Não obstante, a ampliação realizada correspondia às regiões do perímetro urbano e uma parcela da área suburbana adjacente. Consoante o Diário Oficial de 03 de maio de 1901 as linhas existentes eram as de *“Flores, Cachoeirinha, Avenida Circular, Plano Inclinado, Circular Cachoeirinha e Saudade, sendo esta última um trecho da primeira, compreendido entre as praças 15 de novembro e 5 de setembro”* (Diário Oficial, 03 de maio de 1901).

Quanto aos limites da capital estavam organizados da seguinte forma:

Na zona norte, localizava-se a Vila Municipal, Mocó, Boulevard Amazonas e Flores; na zona leste, os bairros de Tocos, Plano Inclinado, circundados pelo Igarapé de São Raimundo; ao sul, o perímetro central alardeado pelo Rio Negro e a Oeste, a Cachoeirinha. Com exceção dos bairros de Educandos e São Raimundo (...) os demais bairros dispuseram dos serviços de transportes por bondes elétricos (MAGALHÃES, 2003. p. 45).

Assim, Flores, Cachoeirinha, Tocos e Plano Inclinado eram áreas suburbanas atendidas, em suas ruas centrais, pelos bondes elétricos. Entretanto, São Raimundo e Educandos não tinham a visita do “rangedor”, levando os moradores desses bairros, entre eles alguns operários, a utilizar as catraias.

O serviço prestado pela empresa concessionária do serviço de bondes em Manaus parece não ter sido dos melhores, contrariando a visão que revela este serviço como impecável, onde os bondes eram bem cuidados, limpos e pontuais. Por meio dos jornais da época é possível vislumbrar uma outra dimensão, conforme se pode notar no trecho abaixo:

Braço estendido na avenida Eduardo Ribeiro, o guarda de ponto dava trânsito, com o seu casaco tético austero, aos veículos que se moviam nessa artéria, enquanto que ficava, assim, suspenso o movimento de carros na avenida 7 de Setembro. (...)

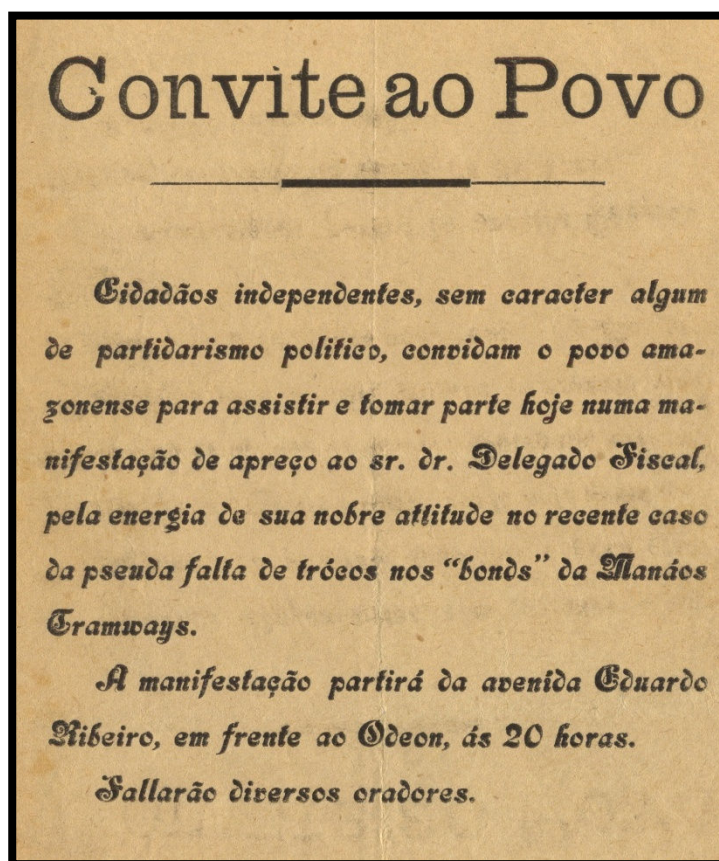
Naquela ocasião, descia a avenida 7 de Setembro um bonde rumo da estação, quando também, pela avenida Eduardo Ribeiro, mesmo rumo, rolava um carro com o reboque de um wagon cheio de areia, cujo motorista, obedecendo a ordem do guarda continuou o seu caminho.

Outro tanto não pôde fazer o carro que descia a 7 de Setembro, pois, com a grande velocidade e com os breaks em mão funcionamento, não conseguiu parar, indo de encontro ao outro bonde justamente na altura do desvio das duas linhas.

Em outros tempos, o caso teria causado grande escândalo, mas nesses que correm, os desastres se repetem diariamente, porque o seu Kirk sabe muito bem que não há quem lhe tome contas do péssimo estado a que tem reduzido o material da viação (*O Dia*, nº 386, Manaus, 03 de abril de 1926).

As insatisfações em relação aos serviços dos bondes englobavam não somente as condições físicas do veículo, mas também a falta de troco, a irregularidade de horário, a poluição sonora, a falta de manutenção nos trilhos e outros, como atesta panfleto distribuído na cidade:

IMAGEM 1: MANIFESTO CONTRA A MANÁOS TRAMWAY



Fonte: "Panfletos Operários" – Acervo Digital (LHIA).

O jornal *Vida Operária* assim se posicionava sobre as condições físicas e os horários de circulação dos veículos: "*sobre os bonds, não há nada peor, immundos, sujos, quando chove é uma peneira: o horário é mal feito e irregular; as carroças de lixo da capital federal, tem mais asseio e pontualidade...*" (*Vida Operária* nº 8. Manaus, 28 de março de 1920).

Em que pese estes problemas presentes, os deslocamentos realizados pelo operariado no interior do espaço urbano, como já mencionado anteriormente, eram, na sua grande maioria, por meio de caminhadas. Percebe-se isto pela permanência de um número significativo de operários como inquilinos no centro da cidade, com o objetivo de permanecer próximo ao local de trabalho⁷, como também pelo significado da implantação de um sistema de bondes, voltado não somente para dar suporte à dinâmica capitalista como também para atender aos grupos dominantes que necessitavam de meios de locomoção (MAGALHÃES, 2003, p. 45).

Quanto às práticas associadas ao lazer operário, identificam-se alguns elementos que aparecem constantemente nos jornais da época e que se caracterizam como expressões desse lazer, dentre eles, o uso de bebida alcoólica. O álcool era condenado pelos grupos políticos e econômicos dominantes. Estes encaravam o álcool como um elemento degradante tanto das condições materiais e físicas do operário quanto da moral e dos bons costumes. Por conta desta posição, várias ações foram desenvolvidas no sentido de “*restringir os espaços de consumo de bebidas alcoólicas e impor horários de funcionamento de bares, quiosques, botequins, pensões e cabarés, bem como estabelecer penalidades...*” (PINHEIRO, 1999, p. 61).

Alguns jornais diários, como por exemplo, o Jornal do Comércio, reservavam em algumas de suas colunas um espaço destinado as “*queixas do povo*”. Neste espaço, grupos de moradores reclamavam da ausência de serviços básicos (coleta de lixo, abastecimento de água, etc.) em determinados locais da cidade (sobretudo nos subúrbios) e também de condutas e comportamentos tidos como indesejáveis. Neste sentido, quanto ao funcionamento de botequins e quiosques, surgiam algumas críticas como a que se segue:

Vários moradores da rua Ramalho Júnior pedem providência ao Chefe de Polícia contra os proprietários dos cafés localizados no lado do mercado público que dá para a mesma rua, pois costumam conservar aberto seus estabelecimentos, até alta madrugada, produzindo-se ali uma algazarra infernal entre os assíduos freqüentadores, que perturbam o sossego da vizinhança (Jornal do Comércio. Manaus, 05 de outubro de 1917).

⁷ Pinheiro ao mapear os locais de moradia dos estivadores percebeu que eles residiam tanto nas áreas de expansão quanto nas ruas e bairros centrais da cidade. Porém, destaca que “numa cidade onde o bonde – único transporte coletivo capaz de conduzir os populares que moravam nas zonas afastadas até o centro – só começava a funcionar às seis horas da manhã, era de esperar-se que morar muito afastado do porto pudesse significar para os estivadores uma dificuldade considerável, uma vez que o trabalho nos armazéns iniciava também naquele horário”. (1999, p. 57). Já Costa, ao identificar os trabalhadores urbanos que residiam no centro como inquilinos – comerciários, gráficos, condutores de bondes, carroceiros e outros – afirmou que “mesmo vivendo em condições precárias, habitar no centro era mais viável que morar, como inquilino, em condições ainda piores nas periferias distantes dos locais de trabalho e sem infra-estrutura”. (1997, p. 109).

Não era somente no Mercado e seu entorno que havia a presença de quiosques, cafés e botequins. Estes estavam pulverizados no interior do espaço urbano, muito embora os documentos da época apontem não só os estabelecimentos presentes na região do Mercado Público como também os das praças do Comércio e 15 de Novembro como os mais freqüentados.

Cabe enfatizar que a chamada “*Grande Imprensa*” e os grupos que a animava costumavam a se posicionar, e isto não raras vezes, em favor dos projetos políticos elaborados pelos grupos dominantes, chegando, por vezes, a se antecipar, por meio de campanhas materializadas em artigos e notícias, no sentido de preparar o terreno para a ação política efetiva. Com efeito, a condenação do álcool nas colunas desses jornais se articula com a idéia de “*boa conduta*”⁸ daqueles que residiam numa cidade que estava sendo conduzida rumo ao “*progresso*” e a “*civilização*”.

Outra forma de lazer era o jogo. Entre eles destacam-se o entrudo, a rasa, o bilhar, a tabola e o quino (PINHEIRO, 1999, p. 66). A prática do jogo presente no seio do cotidiano operário era veemente condenada pelos setores dirigentes, sobretudo porque era visto como “*desagregador da moral e do caráter do indivíduo, já que representa um ganho sem trabalho, expõe o indivíduo a uma vida de ócio, à mercê da sorte ou do azar*”.⁹

A prostituição, junto com o álcool e o jogo, também fazia parte dessas práticas. Segundo Pinheiro sua oferta começou a crescer em fins do século XIX e com a crise da borracha ela aumentou, tornando o comércio do corpo cada vez mais barato e acessível, a ele entregando-se os trabalhadores de baixa renda (1999, p. 63).

O discurso produzido pelos setores dirigentes com relação à prostituição se assentava em dois elementos principais: a defesa da família e dos bons costumes. Desta forma, por meio da imprensa diária e de periódicos de cunho social e humorístico estes discursos faziam-se presentes identificando e desqualificando determinadas zonas e grupos de pessoas envolvidas neste tipo de atividade, como se pode observar abaixo:

Essas pollacas em sua grande maioria, mulheres já estragadas, cançadas da vida e acharcadas de moléstias, que em sua terra são imprestáveis, fazem do corpo um

⁸ A “*má conduta*” consistia, no caso do uso do álcool, no sacrifício da família, indignidade, apatia, indiferença, falta de energia e incapacidade para o trabalho. a “*boa conduta*” seria o oposto disso tudo. (SANTOS JÚNIOR, 2006, p. 223).

⁹ Segundo Dias, o Código de Posturas de 1896, em seu capítulo IX, artigo 23, proíbe os jogos de azar, quer em casa de tavolagem, quer sob quaisquer pretextos. Quem bancasse tais jogos era multado num valor que variava de 50\$000 a 200\$000 réis e quem fosse pego jogando era multado em 50\$000 a 100\$000 réis (1999, p. 151).

verdadeiro mercado na exploração do qual, pouco estão ligando em deagrar a esse ou àquele (A MARRETA, nº 2. Manaus, 13 de outubro de 1912).

Com efeito, os setores dirigentes se esforçavam para erradicar esta prática, presente de forma intensiva “tanto nas ruas próximas ao porto (Demetério Ribeiro, Vivaldo Lima, Monteiro de Souza, Itamaracá, Instalação, Frei José dos Inocentes) quanto nas praças que a ele estão ligadas (Comércio, Tamandaré e República)” (PINHEIRO, 1999, p. 63), não poupando esforços no sentido de criar mecanismos de controle que proporcionassem seu enquadramento, diminuição e invisibilidade.

Outro elemento que compõe o lazer operário é o banho nos Igarapés. Neles eram realizadas reuniões com os amigos, onde se perpetuavam, minutos após minutos, momentos de descontração e lazer. Não obstante, os banhos nos Igarapés passaram a ser denunciados pela “Grande Imprensa”: “na Cachoeirinha, nas proximidades das represas, costumavam certos indivíduos desocupados e sem o menor respeito ao decoro público, banhar-se no Igarapé, de parceria com mulheres sem imputabilidade moral” (Jornal do Comércio. Manaus, 12 de janeiro de 1910). Com efeito, em virtude de ser caracterizado pelo Poder Público como ofensa à moral pública, passou a ser proibido pelas posturas municipais nas áreas do perímetro urbano, sendo tolerado em alguns igarapés mais distantes.

A participação em touradas, carrosséis, cabarés de última categoria, arraiais, passeios de bonde aos domingos¹⁰, circos e espetáculos teatrais em hotéis pardieiros (COSTA, 1997, p. 24) além das quermesses, das rinhas, dos folguedos juninos, do cinema e do futebol eram realizadas pelos populares, em especial, os operários (PINHEIRO, 1999, p. 68).

Como se pode observar, as práticas ligadas ao lazer operário constantemente se colocavam na contramão das normas, regras e preceitos morais implantados e defendidos pelos grupos dominantes. Assim, estas práticas eram vistas como transgressões à ordem pública e, portanto, passíveis de fiscalização, controle e repressão jurídico-policial.

Cabe lembrar que os grupos dominantes se faziam presentes também em cafés, bilhares e botequins. Porém, ao contrário dos cafés e botequins populares, considerados de 3º classe e vistos como “lugares da maledicência, onde mulheres de vida airada ofendem a moral com homens turbulentos, denegrindo os bons costumes”, os espaços destinados aos grupos abastados, classificados de 1º classe, eram utilizados para confraternizações diversas,

¹⁰ No universo operário, o bonde parece se situar na órbita do lazer (passeios aos domingos) do que como meio de transporte, como já se mencionou.

onde se degustavam os caríssimos “*whiskys, cognacs, champagnes e licores*” (SANTOS JUNIOR, 2006, p. 123-128).

Quanto à prostituição, como afirma Dias “*se por um lado se defende a necessidade (...) de controle sobre os possíveis escândalos públicos de prostituição, por outro faz-se vista grossa aos luxuosos bordéis freqüentados pela elite extrativista, muitas vezes por ela financiados...*” (1999, p. 151), ou seja execrava-se a prostituição popular e, dentro de determinados parâmetros, aceitava-se a prostituição de luxo.

A condenação realizada pelos setores abastados sobre as práticas ligadas ao lazer popular e operário desenvolvidas no espaço urbano envolve uma questão específica: o trabalho. Consoante Paulo Marreiro dos Santos Júnior:

Conforme o discurso hegemônico de elites políticas e intelectuais, a noite estava reservada ao descanso, ao acúmulo de energias para o trabalho da manhã seguinte. Por isso, os espaços de divertimento e prazer de populares eram os espaços do não-trabalho, da vadiagem, da preguiça, da noite mal dormida, do descompromisso na manhã seguinte (SANTOS JÚNIOR, 2006. p. 128).

Disciplinar e controlar os espaços do lazer operário era fundamental para os grupos dirigentes não somente para moldar condutas e comportamentos que estivessem em consonância com uma cidade que se queria “*moderna*” como também para formar o homem trabalhador.

Não obstante, os embates e conflitos que emergiam a partir daí tornam a cidade um espaço de disputas sociais, sobretudo porque à medida que os setores dirigentes tentam conduzir e implantar um projeto de cidade em sintonia com as idéias hegemônicas da época de “*modernidade*”, “*civilização*” e “*progresso*”, as práticas, costumes e hábitos populares cada vez mais ganham um significado marginal, configurando-se como antítese da “*modernidade*”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebe-se que as questões ligadas ao cotidiano operário revelam um processo de exclusão deste grupo no espaço urbano manauara, evidenciada pela transformação urbana e a exclusão social presente em seu bojo. No projeto de cidade, implementado pelos grupos dirigentes, o espaço urbano tinha que se configurar como moderno, higiênico e harmônico,

em sintonia com a tão propalada “modernidade” que pairava neste momento nas grandes capitais brasileiras dos anos iniciais do século XX.

Qualquer elemento que destoasse dos parâmetros da “modernidade” e das diretrizes que norteavam o uso do espaço urbano, sofria uma pressão no sentido de eliminação, mesmo que para isso fosse realizado todo um processo de exclusão social, cujo maior exemplo na Manaus do início do século XX foi a constituição e materialização das áreas periféricas, local de moradia dos operários (não excluindo aí a resistência empreendida por estes trabalhadores e a permanência de alguns no centro de Manaus, por força do trabalho).

Cabe destacar também que as atitudes e os comportamentos operários caminhavam na contramão da ordem estabelecida, constituindo-se numa “desordem”, que para os grupos dirigentes era extremamente ameaçadora para a moral e os bons costumes burgueses. Neste sentido, o jogo, o álcool, a prostituição, os banhos de igarapés e outros elementos que vão compor o lazer operário foram combatidos pelos grupos dirigentes, fazendo emergir um espaço urbano marcado por disputas sociais.

FONTES DOCUMENTAIS

Jornais Operários:

Vida Operária (1920)

O Gutemberg (1892)

Jornais diários:

O Dia (1926)

Jornal do Comércio (1917)

Correio do Norte (1906)

Pasquins:

Marreta (1912)

Documentos oficiais:

Diário Oficial (1901)

Código de Posturas (1890)

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Marialva. *Os Donos do Rio: Imprensa, Poder e Público*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2000.

CAMPOS, Hermenegildo. *Climatologia médica do Estado do Amazonas*. Manaus, ACA/Fundo Editorial, 1988.

CARVALHO, José Murilo de. *Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, Lar e Botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque*. São Paulo, Cia das Letras, 1991.

COSTA, Francisca Deusa Sena da. *Quando o Viver Ameaça a Ordem Urbana*. Dissertação de Mestrado em História. São Paulo: PUC, 1997.

COSTA, Selda Vale da. *Eldorado das Ilusões. Cinema e Sociedade: Manaus (1897-1935)*. Manaus: EDUA, 1996.

DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo. *A Vida Fora das Fábricas: cotidiano operário em São Paulo, 1920-1934*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

DIAS, Edinéia Mascarenhas. *A Ilusão do Fausto – Manaus (1890-1920)*. Manaus: editora Valer, 1999.

LOUREIRO, Antônio. *A Grande Crise (1908 -1916)*. T. Loureiro e Cia: Manaus, 1985.

MAGALHÃES, Soraia Pereira. *O Transporte Coletivo Urbano de Manaus: bondes, ônibus de madeira e metálicos*. Dissertação de Mestrado em Natureza e Cultura da Amazônia. Manaus: Ufam, 2003.

MELLO, Thiago de. *Manaus, amor e memória*. Rio de Janeiro: Philobiblion, 1984.

MENEZES, Lená Medeiros de. *Os Indesejáveis: desclassificados da modernidade. Protesto, crime e expulsão na Capital Federal (1890-1930)*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1996.

NEDER, Gizlene. Cidade, Identidade e Exclusão Social. *Tempo*, Rio de Janeiro, vol. 2, nº 3, 1997.

PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto e PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte (Orgs). *Imprensa Operária no Amazonas*. Manaus: Edua, 2004.

PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. *A Cidade Sobre os Ombros: Trabalho e Conflito no Porto de Manaus (1899-1925)*. Manaus: Edua, 1999.

_____. *Folhas do Norte: Letramento e Periodismo no Amazonas (1880-1920)* Tese de Doutorado em História. São Paulo, PUC-SP, 2001.

SANTOS JÚNIOR, Paulo Marreiro dos. *Criminalidade e Criminalização de Práticas Populares em Manaus (1906-1917)*. Dissertação de Mestrado em História. São Paulo: PUC, 2006.

SOUZA, Leno José Barata. *Vivência Popular na Imprensa Amazonense: Manaus da Borracha (1908-1917)*. Dissertação de Mestrado em História. São Paulo: PUC, 2005.

UCHOA, Samuel. *Dois Anos de Sanitarismo*. Manaus: Livraria Clássica, 1924.